

**A ATUAÇÃO DO MST EM ALAGOAS: O CASO DO ASSENTAMENTO CABECEIRA DE PACAVIRA NO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO-AL**

**LA ATUACIÓN DEL MST EM ALAGOAS: EL CASO DEL ASENTAMIENTO CABECEIRA DE PACAVIRA EM EL MUNICIPIO DE QUEBRANGULO-AL**

**Antonio Marcos Pontes de Moura**

[marcos\\_agraria@yahoo.com.br](mailto:marcos_agraria@yahoo.com.br)

**Lidiane Cristina Ferreira da Silva**

[liddic@hotmail.com](mailto:liddic@hotmail.com)

**Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL**

**Resumo:** Este texto tem por objetivo mostrar a atuação do MST no Estado de Alagoas, especificamente no município de Quebrangulo. A conquista do assentamento Cabeceira de Pacavira teve início na cidade de Chã Preta, onde foi realizada uma reunião com os trabalhadores rurais e os membros do MST. No assentamento já havia famílias de posseiros ocupando a terra e acabaram sendo regularizados dentro desse processo. Isso contribuiu para as famílias assentadas possuírem uma área menor que o módulo rural da região. A luta do MST, pela conquista da terra é importante, mas é preciso atenção à atuação do INCRA, que acabou gerando um aglomerado de minifúndios, o que não condiz com o processo de reforma agrária.

**Palavras-Chave:** MST, Alagoas, Assentamento, posseiros, minifúndios.

**Resumen:** Este texto tiene por objetivo mostrar la actuación del MST em el Estado de Alagoas, com especialidad em el municipio de Quebrangulo. La conquista del Asentamiento Cabeceira de Pacavira tuvo inicio em la ciudad de Chã Preta, donde fue realizada una reunión com los trabajadores rurales y los miembros del MST. Em asentamiento ya habia familias de poseros ocupando la tierra y acabaron siendo regularizados dentro de esse proceso. Eso contribui para las familias asentadas posuiren um área menor que el módulo rural de la región. La lucha del MST, por la conquista de la tierra es importante, pero es necesario atención a la actuación del INCRA, que acabo engendrando um aglomerado de minifundios, lo que no condiz com el proceso de reforma agraria.

**Palabras-Llaves:** MST, Alagoas, Asentamiento, poseros, minifundios.

## INTRODUÇÃO

A história agrária do Brasil traz em sua gênese a criação de extensos latifúndios, pois desde as capitâneas hereditárias se deu o processo de ocupação do território com base na grande propriedade. E, o modelo de desenvolvimento agropecuária implantado no Brasil durante os governos militares intensificou a concentração fundiária com a expropriação e a expulsão de milhares de famílias do campo.

E foi nesse contexto, e após o período de ditadura pelo qual o Brasil passou que resultou na eliminação dos movimentos sociais no campo que ressurgem após o regime militar, a exemplo do MST, que vem dá continuidade a luta iniciada pelas Ligas Camponesas em defesa da reforma agrária.

Estimulados pelas lutas contra a ditadura e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, os trabalhadores rurais sem terra se uniram criando o MST em janeiro de 1984 durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Cascavel – PR

O MST tornou-se o mais importante movimento popular brasileiro, destacando-se por sua organização, disciplina e pelas lutas sociais que desenvolve em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, que só poderá ser concretizada através da implantação de uma Reforma Agrária feita com a participação dos trabalhadores.

O movimento é composto em sua maioria por trabalhadores que tendo sua origem no campo foram obrigados a deixá-lo diante da modernização do segmento agrícola, ou ainda aqueles que continuam no campo como assalariados, ou em regime de meação ou parceria. Enfim, são todos aqueles trabalhadores que foram expulsos do campo e que para ele pretendem retornar.

Bezerra Neto (1999, p.21) enfatiza que:

Esses sem-terra são vítimas de um sistema distributivo que privilegia uma pequena parcela da população em detrimento da grande maioria que vive marginalizada nas periferias das cidades sem poder produzir para o seu sustento.

Em sua luta pela redistribuição de terras no Brasil, o MST tem nas ocupações de terras um dos últimos recursos utilizados pelos trabalhadores em busca pela sobrevivência. São as ocupações que vão marcar o princípio do movimento em cada Estado, ou seja, o MST nasceu da ocupação da terra. Em seu processo de construção as ocupações é o ponto de partida. Pois, diante da não realização de Reforma agrária, a ocupação e a resistência à terra são as únicas formas de: impor ao governo a realização de políticas de assentamento; de defender os interesses dos trabalhadores, de lutar pela desapropriação do latifúndio.

Como afirma Fernandes (2000, p. 281):

[...] A ocupação da terra é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação [...] Criminalizar as ocupações [...] é condenar as famílias sem terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadores. E aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentra da terra.

É através das ocupações, o que caracteriza e identifica o movimento, que o MST vem conseguindo se consolidar e principalmente mexer na estrutura fundiária brasileira, apesar dessa interferência ser irrisória se comparado com a grande concentração de terras que ainda perdura no país. Se não tem conseguindo alcançar seu objetivo principal, que é a realização da Reforma Agrária, pelo menos tem conseguido aumentar o número de famílias assentadas ao longo dos anos.

Analisando o período de 2002 a 2004 a partir de dados estatísticos do MST (quadro 1), percebe-se que o estado de Pernambuco foi o que mais aumentou o número de famílias assentadas nesse período, passando de 9.000 para 16.774 famílias. Em segundo lugar vem o estado de São Paulo que passou de 6.630 para 10.000 famílias assentadas. E em terceiro o Rio Grande do Sul, que em 2002 tinha 8.000 famílias assentadas, chegando a 11.242 em 2004.

UF	Nº de assentamentos		Famílias assentadas	
	2002	2004	2002	2004
PE	111	240	9.000	16.774
SP	88	130	6.630	10.000
RS	244	286	8.000	11.242
TO	1	130	160	457
AL	28	17	2.897	3.029
RJ	11	11	16.000	1.508
BA	64	64	4.613	4.188
CE	285	231	20.000	9.317
MS	22	25	3.800	25
MA	52	43	8.000	4.747

**Quadro 1:** Assentamento do MST – 2002/2004

Fonte: [www.mst.com.br](http://www.mst.com.br). Acesso em 16 nov. 2006

O estado de Alagoas apresenta uma redução de 28 assentamentos para 17 no mesmo período. Também é importante salientar que houve os estados que permaneceram estagnados, ou seja, não reduziu nem aumentou o número de assentamentos. Como o caso do Rio de Janeiro e Bahia, que permaneceram respectivamente em 11 e 64 assentamentos.

A estrutura fundiária brasileira continua concentrada e permanecerá, enquanto a questão agrária no Brasil for tratada apenas com políticas compensatórias, que buscam apenas amenizar a intensidade dos conflitos eminentes e distrair os envolvidos.

## **MST EM ALAGOAS**

Assim, como a história agrária do Brasil é marcada pela permanência da extensão dos latifúndios, processo o qual se iniciou no período colonial, com a ocupação do território com base na grande propriedade, voltada para a monocultura canieira. Alagoas da mesma forma inseriu-se no contexto da produção canieira, sendo um dos berços do processo de ocupação territorial do país. De acordo com Lages e Ramos (1999), Alagoas, o segundo menor estado da federação em extensão territorial, com área de 29.016 km<sup>2</sup>, população de 2,7 milhões de habitantes, densidade demográfica de 90 hab/km<sup>2</sup>, teve sua economia baseada desde o período colonial nas

atividades agrícolas e agroindustriais, onde a cana de açúcar teve papel preponderante. Iniciando assim com os engenhos de açúcar e as usinas o processo de concentração fundiária que continua na atualidade.

Grupos de área total (há)	% nº de estabelecimentos*	% da área
< 10	80,6	10,0
10 < 100	16,2	25,5
100 < 1.000	3,0	45,0
1.000 < 10.000	0,2	15,4
> 10.000	---	3,8

**Quadro 2:** Estrutura Fundiária de Alagoas  
Fonte: Lages e Ramos, 1999.

Conforme pode-se observar na tabela acima o grupo de área menor que 10 hectares é o que possui o maior número de estabelecimentos, 80,6% deles, o que corresponde apenas a 10% da área dos estabelecimentos. Enquanto que o grupo de área que está compreendido entre 100 e 1000 hectares possui somente 3% do número de estabelecimento correspondendo a 45% da área dos estabelecimentos. Isso torna bastante notória a desigual estrutura fundiária de alagoas em que o maior número de estabelecimento estão localizados num grupo de área pequeno, enquanto que o menor número estão localizados num grupo de área bem maior.

Percebe-se então, que por Alagoas ter tido o seu desenvolvimento agrícola baseado na cana de açúcar, a sua economia sempre esteve dependente da agricultura, e a concentração fundiária gerou também a concentração de renda.

Assim, afirma Lages e Ramos (1999, p.43):

[...] 10% dos mais ricos nesse Estado detém 7,9 vezes mais renda do que os 40% mais pobres. Estes 40% mais pobres detêm apenas 6,88% da renda total, enquanto os 10% mais ricos detêm 54,03%. Isso significa, sem dúvida, uma das piores distribuições de renda no país e até no mundo.

Estes autores complementam que diante de uma das piores concentrações de renda do país, das condições de vida precária e da concentração fundiária é que surge o MST em Alagoas, no início da década de 1980.

A luta dos camponeses contra a expropriação de terra e o avanço dos latifúndios teve início em União dos Palmares, na área conhecida como Terra Preta. Foi na terra do Zumbi dos Palmares que se deu o início das lutas de resistência a terra e o processo de construção do MST. De acordo com Fernandes, (2000, p. 106)

De 1985 a 1990 foi o primeiro período em que os sem-terra trabalharam na construção do MST no Nordeste. Nas terras de Zumbi, as constantes lutas da resistência pela conquista da terra iniciavam uma nova fase. Quatrocentos anos depois das conquistas dos primeiros quilombos, a luta contra o cativo humano tornara-se a luta contra o cativo da terra.

Mas a primeira ocupação de terra ocorreu no município de Delmiro Gouveia, na fazenda Peba no dia 26 de janeiro de 1987. (IBIDEM). A ocupação se deu devido a um conflito entre um grileiro e 66 famílias que havia arrendado a terra. Como o latifundiário-grileiro fez o arrendamento da terra para livrasse da desapropriação, visto que nesse mesmo período o governo tinha apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas como suas terras não foram declaradas para fins de reforma agrária, o meio encontrado para expulsar as famílias foi colocando o gado dentro de suas roças.

Fernandes (idem) comenta que, diante do conflito e mesmo após algumas famílias abandonarem a área devido às ameaças, 58 famílias juntamente com membro do Sindicato de Delmiro Gouveia ocuparam a Fazenda Peba, unindo forças aos que resistiam. Em maio do mesmo ano o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento aprovou a desapropriação das terras. No mesmo ano ocorreu a ocupação da Fazenda Lameirão, também em Delmiro Gouveia. O MST, também ocupou em 1989 um latifúndio chamando Lagoa da Serrinha no município de Penedo, grilado pelo então governador do Estado Moacir Andrade. Ocuparam também a Fazenda Lage, em

Taquarana, a Fazenda Boa Vista no município de Jacuípe, a Fazenda Jundiá em Chã Preta e, ainda em 1989 fizeram outra ocupação no município de São Luís do Quitunde. Apesar de só ter sido desapropriada a Fazenda Peba, Boa Vista e Lameirão, e mesmo diante do poder do coronelismo, expresso através da atuação dos pistoleiros e da prisão, tortura e assassinato de membros do movimento, o MST conseguiu através dessas lutas de resistência iniciar o processo de construção do movimento em Alagoas.

Em 1999, o estado contava com 47 assentamentos rurais localizados em 23 municípios, espalhados em todas as meso e microrregiões do estado, sendo uma maior concentração de assentamentos na zona norte do Estado, nas terras abandonadas pertencentes às usinas de açúcar e destilarias (LAGES;RAMOS, 1999).

As microrregiões do leste alagoano apresentavam um maior número de assentamentos, enquanto que as microrregiões do sertão alagoano existiam apenas seis assentamentos.

Com o passar do tempo o movimento foi se fortalecendo e atualmente, Alagoas conta com 3.000 assentamentos sendo beneficiadas 6.000 famílias pertencentes ao MST. (RIOS, 2006). Durante 2005 ocorreram 29 ocupações em todo o estado, sendo os municípios de Maragogi, União dos Palmares e Delmiro Gouveia os que mais ocorrem ocupações de terra. Alagoas conta também com outros movimentos sociais do campo que buscam o acesso a terra, como: Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Movimento, Trabalho e Liberdade - MTL.

### **QUEBRANGULO: O ASSENTAMENTO CABECEIRA DE PACAVIRA.**

Quebrangulo, município situado no agreste do estado de Alagoas, localizado a 117 quilômetros da capital Maceió. O mesmo ocupa uma área territorial de 395km<sup>2</sup> e está inserido na microrregião de Palmeira dos Índios. Seus limites são: ao norte, Bom

Conselho(PE), ao Sul e Sudeste Paulo Jacinto; a Nordeste Chã Preta e a Oeste Palmeira dos Índios. (ROCHA, 1996)

De acordo com o último censo do IBGE no ano de 2000, a população é de 12.776 habitantes, sendo 4.951 na zona urbana (cidade) e 7.825 na zona rural (campo), já na contagem demográfica realizada pelo o IBGE em 2007, a população total do município apresenta 11.289 habitantes, sendo 6.149 na zona urbana e 5.753 na zona rural, Portanto, além de diminuir a população do município, ainda houve uma inversão, passando a zona urbana a possuir mais população que a zona rural. Destaca-se os seguintes núcleos populacionais: Vila São Francisco<sup>1</sup> e o povoado de Rua Nova sendo que o último concentrasse uma população de 455 habitantes, seguida de Lagoa Queimada, Juçara e Impueiras.

Boa parte da população concentra-se nos sítios e fazendas já que os mesmos vivem da agricultura familiar e pecuária. Na agricultura destaca-se a produção de algodão, café, mandioca, banana, feijão e milho, além de uma série de hortaliças que são comercializadas na sede do município, cidades circunvizinhas e na capital do estado.

O município possui uma grande quantidade de recursos naturais de grande significado para a sobrevivência de sua população uma vez que é expressiva a quantidade de água, permitindo assim a instalação de um sistema de irrigação por gravidade.

Seu principal rio é o Paraíba do Meio, o qual nasce em Bom Conselho (PE) e corta o município de Quebrangulo ao longo de 30 km. O município ainda é beneficiado com as lagoas de João Francisco, De Fora, Lagoa Queimada e Lagoa Funda, além dos açudes do Pau Sangue, Santa Tereza e Carangueja.

---

<sup>1</sup> A chamada Vila São Francisco estava em processo litigioso, e recentemente o município vizinho a Quebrangulo, chamado de Paulo Jacinto conseguiu anexar esse território.

O relevo do município é bastante elevado, não contendo assim planícies onde o maior exemplo é a cidade que esta situada às margens do rio Paraíba e suas ruas se localizam nas partes mais altas devido à região fazer parte da bacia hidrográfica do rio.



**Figura 1:** Vista Parcial do Município de Quebrângulo - AL  
Fonte: Silva, 2006

Quanto à estrutura fundiária, o município de Quebrângulo apresenta-se com uma má distribuição da terra, cuja, as grandes propriedades ocupam uma área considerável em relação às médias e pequenas propriedades. Isso tem feito com que aqueles que são excluídos da terra, nem tenham o necessário para viver, e lutem para desestruturar esse processo de concentração fundiária que se consolidou no município.

Os resultados dessa luta são expressos através da implantação de dois projetos de assentamentos em Quebrângulo. O primeiro assentamento Manivas Romualdo, que foi conseguido através da luta de posseiros que já viviam na terra. E o segundo, o assentamento Cabeceira de Pacavira que foi obtido através da luta dos integrantes do MST.

A estrutura fundiária do município de Quebrângulo se caracteriza pela presença marcante do minifúndio. De acordo com o quadro acima, percebe-se dos 426 imóveis

rurais do município, 271 são minifúndios, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos. Enquanto que apenas 98 se classificam como pequena propriedade, sendo que destas somente 47 são produtivas. As grandes e médias são respectivamente 5 e 49 estabelecimentos, mas são as terras desses imóveis que predominam na região.

Classificação	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Grupos de área (ha)
Grande Propriedade Produtiva	2	1.2555,6000	552 a 644,3
Grande Propriedade	3	1.123,2000	
Minifúndio	271	3.674,4000	1,2 a 34,8
Média Propriedade Produtiva	28	7.966,2000	142,1 a 493,3
Média Propriedade	21	5.834,600	
Não Classificada	3	0,0000	35,2 a 137,5
Pequena Propriedade	10	315,7000	
Pequena Propriedade Produtiva	47	3.320,9000	
Pequena Propriedade	41	2.850,1000	
Total	426	26.340,7000	

**Quadro 3:** Estrutura Fundiária - Quebrangulo - 2005

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004

Ainda analisando o quadro 3 percebe-se que dos 26.340 hectares de terras ocupados por todos os imóveis rurais do município, os 271 minifúndios ocupam uma área de 3.674 hectares, enquanto que os cinco estabelecimentos classificados como grande propriedade ocupam 2.378,8 hectares, ou seja, uma área quase igual a ocupada por todos os minifúndios. O que daria uma média de quase 476 hectares de terra para cada um dos cinco proprietários, equivalendo a quase doze vezes o módulo rural do município (módulo rural de 40 hectares). Contudo a divisão não se dá dessa forma, pois a maioria das grandes propriedades estão acima dos 600 hectares, com exceção de uma propriedade que apresenta-se com 552 hectares classificada incorretamente como grande propriedade segundo estimativas do IBGE.. As médias propriedades também ocupam uma área considerável – 13.800 hectares – correspondendo uma média de 281,6 hectares por proprietários, sete vezes mais o módulo rural do município.

Sendo o módulo rural do município de 40 hectares, torna-se bastante evidente que a maioria dos detentores de imóveis rurais, ou seja, dos minifúndios, vivem em

uma área rural menor do que a designada como necessária para uma família viver adequadamente. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - relação de certificados de cadastro de imóveis rurais (2004), a área do menor minifúndio do município é de apenas 1.2 hectares, ou seja, uma área muito pequena para garantir o desenvolvimento socioeconômico de uma família. Enquanto que a menor área da grande propriedade corresponde a mais de trezes vezes o módulo rural da região. O que quer dizer que o município está praticamente todo minifundizado, ou seja, a terra esta dividida de forma inadequada, porque o minifúndio vai de encontro ao módulo rural da região.

É diante dessa realidade que está a importância dos movimentos sócias no campo, principalmente do MST, que luta para quebrar essa atual estrutura fundiária que existe não só no município de Quebrangulo, como também em vários outros municípios dos estados do Brasil. Porque, assim como na maioria dos assentamentos do país, se não fosse à união e persistência dos integrantes do MST a terra onde está localizado o assentamento Cabeceira de Pacavira não haveria sido desapropriada.



**Figura 2: Assentamento** Cabeceira de Pacavira  
Fonte: Silva, 2006

## A LUTA DO MST NA CONQUISTA DO ASSENTAMENTO CABECEIRA DE PACAVIRA

A luta que resultou nessa conquista teve início na cidade de Chã Preta, onde foi realizada uma reunião com três membros do MST que vieram de Maceió. A princípio só participou cinco trabalhadores, mas depois da segunda reunião em diante o grupo foi aumentando. De acordo com o assentado João Carlos, em entrevista realizada em novembro (2006) o principal motivo foi:

Eu trabalhava no campo, meu pai e eu, mas o fazendeiro resolveu plantar capim, na terra. Não tinha mais serviço né. Então eu vim pra rua e cadê trabalho? Ai quando foi um dia apareceu três moço falando dum movimento, falando da terra. Eu fui olhar, eu e mais quatro, quando pensou qui não já era uns cem.

O movimento foi crescendo tanto que a primeira ocupação de terra ocorrida no dia 14 de abril de 1999 à fazenda Borges em Chã Preta, contou com a participação de 600 famílias. Em 20 de julho do mesmo ano ocuparam a fazenda Boa Ventura também em Chã Preta, na qual ficaram acampados até 10 de dezembro de 1999. e assim seguiram as ocupações, como afirma o assentado do Pacavira, Francisco, em entrevista realizada em novembro (2006):

[...] a gente fez varia ocupação, agente ocupou o Borges, Engenho velho, depois formos pra Arraial, pra o Paraíso e por ai fomos ocupando e não dava certo e a gente ia de um canto para outro, de um canto pra outro, e terminamos aqui.

Em ambas as ocupações os fazendeiros convocavam a polícia para retirar os chamados invasores da terra e sempre que eram vencidos por aqueles que tinham e ainda tem a justiça do seu lado, os sem terras voltavam para um acampamento ao lado da rodovia que dá acesso a cidade de Chã Prata. De acordo com o mesmo assentado as ocupações não tiveram sucesso por que:

Os donos exigia a gente sair de lá, então não tinha como a gente ficar [...] Se fosse fácil entra e conseguir de primera era bom demais, tinha muito assentamento já. É difícil, é difícil mesmo.

Apesar das dificuldades o grupo não desistiu, e em 12 de janeiro de 2000 ocupou a fazenda Araial em Quebrangulo, os conflitos ocorridos durante essa ocupação foi de maior proporção e acabou resultando na dispersão de várias famílias. Das 600 famílias que participaram dessa ocupação apenas 50 famílias, continuaram na luta por essa terra e não obtendo sucesso voltaram para as lonas onde viviam as margens da rodovia de Chã Preta.

Prometendo resolver a questão, o INCRA levou as 50 famílias restantes para Maceió, e abrigou-as em um armazém, porém somente após 60 dias é que um técnico do INCRA foi visitar a área onde hoje funciona o assentamento Pacavira, que por coincidência pertencia ao mesmo proprietário da última terra ocupada, porém era uma terra que estava abandonada e com muitas dívidas contraídas. De acordo com Lages ;Ramos (1999, p.54):

A maioria das fazendas desapropriadas onde hoje estão implantados os assentamentos, são fazendas que estavam de alguma forma com problemas na justiça do Trabalho ou em situação de inadimplência com os bancos.

Vale salientar que mesmo em número reduzido, as famílias continuaram lutando pela terra, porque a documentação da desapropriação dessa terra só foi assinada, após a ocupação do MST à Assembléia Constituinte Estadual, mas após toda a burocracia, a terra foi desapropriada e, em 13 de julho de 2002 as 25 famílias ocuparam a região, as outras 25 famílias haviam desistido desacreditadas que a desapropriação fosse realmente acontecer.

A terra realmente foi desapropriada, mas o problema agora era outro. Já havia na região 25 posseiros provenientes do município de Lagoa de Ouro-PE, que assim como na maioria dos sem-terra haviam sido expulsos da terra e não tendo como sobreviver foram se alojando na terra, onde vivem em ranchos de palha há mais de três anos.

O INCRA só queria assentar 30 famílias, as 25 do MST que inclusive já estavam com o termo de emissão de posse e 5 famílias dos posseiros que já viviam na terra, mas o MST resolveu aceitar que as parcelas diminuíssem de 8.78 hectares para 5.27 hectares, assentando todos, ao invés de se envolver em outro conflito eminente. De acordo com o assentado Francisco, em entrevista realizada em novembro (2006):

[...] O INCRA se comprometeu de tirar essas pessoas, eles eram considerados invasores que chegaram primeiro que a gente aqui sem documento [...] um pessoal da gente veio, conversou e decidiu que deixasse eles pra não haver conflito porque de qualquer maneira ia haver conflito, aí pra acabar com isso diminuiu as parcela de 30 tarefas para 15 [...] e as pessoas que já tava aqui tava situada, já tinha quatro, cinco anos não ia querer sair, a gente queria ficar eles também. Pessoa trabalhador que nem a gente também. A gente não podia explorar né. Tinha que olhar os dois lados.

Diante da terra desapropriada os sem terra preferiram diminuir as parcelas, distribuindo a terra há um número maior de famílias do que se envolver em mais um conflito. Mas de acordo com Lages ; Ramos (1999, p. 45):

Um número de famílias superior a capacidade de lotação compromete a sustentabilidade das atividades a ser desenvolvidas em cada lote [...] também chega a comprometer a necessária articulação entre as gerações das famílias assentadas, uma vez que na não existem reservas de áreas agrícolas para seus filhos, que terão de migrar caso existam outras oportunidades de emprego e renda nos assentamentos ou áreas vigiadas.

Ao permitir que o assentamento Pacavira fosse implantado mesmo com uma área inferior por família, o INCRA resolveu um problema imediato, e estabeleceu bases para um problema futuro.

## **A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO ASSENTAMENTO PACAVIRA: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

O assentamento Pacavira está localizado no município de Quebrangulo, há 25 km da sede do município. O mesmo ocupa uma área de 292,9754 hectares de terra banhadas pelo rio Pacavira, do qual se originou o nome do assentamento.

Das 292,9754 hectares de terras do assentamento 29 hectares foram destinados ao reflorestamento. As outras 263,67786 tarefas foram divididas em 50 parcelas de 5,27 hectares. A construção das residências respeitou a forma de organização já existente desde a construção das casas de taipa em que os assentamentos já viviam. Das 50 casas existentes no assentamento, 27 foram construídas em forma de agrovilas, incluindo a associação.



**Figura 3:** Casas Construídas em Forma de Agrovilas  
Fonte: Silva, 2006

As famílias que fizeram essa opção ficaram com uma área maior, porque além das 5,27 hectares das parcelas ficaram com a área de 1500m<sup>2</sup> para a construção da casa, ou seja, é construída a casa e ainda fica uma área para plantio de frutas e legumes. As outras 23 casas foram construídas, por opção do assentando, na área das parcelas.



**Figura 4:** Casas Construídas em Forma de Agrovilas  
Fonte: Silva, 2006

Percebe-se então que as famílias foram assentadas em uma área menor que o módulo rural da região, o que torna claro que as mesmas não terão condições de se desenvolver adequadamente, pois foram submetidas a minifúndios. O assentamento

não implicou em medidas de reforma agrária, e sim em pobreza rural, apesar dos assentados não exercer mais o trabalho subalterno e ter tornado a terra produtiva.

A assistência médica prestada ao assentamento é feita apenas por dois agentes de saúde, um de Chã Preta e outro de Quebrangulo, mas as visitas são feitas mensalmente. O assentamento está praticamente desassistido de qualquer tipo de assistência médica.

Francisco, assentado do Pacavira afirma em entrevista realizada em novembro (2006) que:

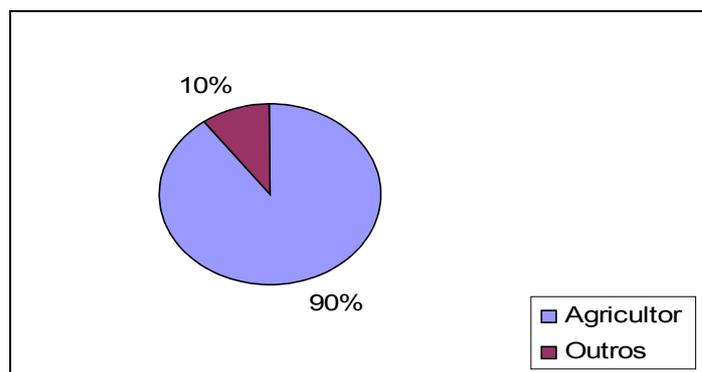
Quando alguém adocece e a gente não dá jeito, a gente leva de cavalo, sai ai no meio da noite, cortando ai pelo meio do mato nuns tante chega em Chã Preta. Já teve vez da gente levar uma rede.

Quanto à educação, apesar de não existir uma escola no assentamento, funcionam três salas de aula na associação do assentamento. Durante o turno da manhã e tarde funcionam as séries iniciais (1ª e 4ª) série, e durante a noite a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os professores que lecionam têm formação no ensino normal. Um deles faz parte do movimento e o outro é de Chã Preta, porém mora no assentamento.

Para conhecer a organização, problemas e características dos assentamentos, aplicou-se 10 questionários de múltipla escolha para melhor traçar o perfil dos integrantes de um dos movimentos que mais tem causado polêmicas no Brasil.

A princípio percebe-se que houve certo receio, por parte dos integrantes do MST em falar sobre o movimento, visto que segundo eles, a maioria das pessoas os verem como invasores de propriedades alheias, preguiçosos e baderneiros. Mas diante das respostas, percebe-se que a maioria dos assentados são trabalhadores, que diante do processo econômico foram sendo excluídos de suas atividades.

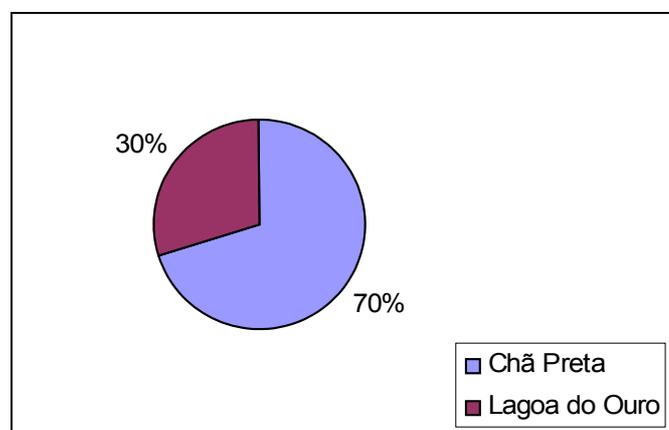
Quando se pergunta aos assentados qual a atividade exercida antes de aderir, ao movimento, 90% deles dizem que é agricultor.



**Figura 5:** Atividades exercida pelos assentados antes de aderir o MST  
Fonte: Silva, 2006

Enquanto que apenas 10% exerciam outras atividades. Diante dessas respostas constata-se que os integrantes do MST são em sua maioria pessoas que vivem no campo e diante da modernização do mesmo foram sendo expulsas. Como não se encaixaram nas condições exigidas pelo mercado de trabalho se envolveram em uma luta que os levasse de volta para a terra. Como afirma um produtor: “eu só sei trabalhar na roça desde que nasci, que trabalho de roça”.

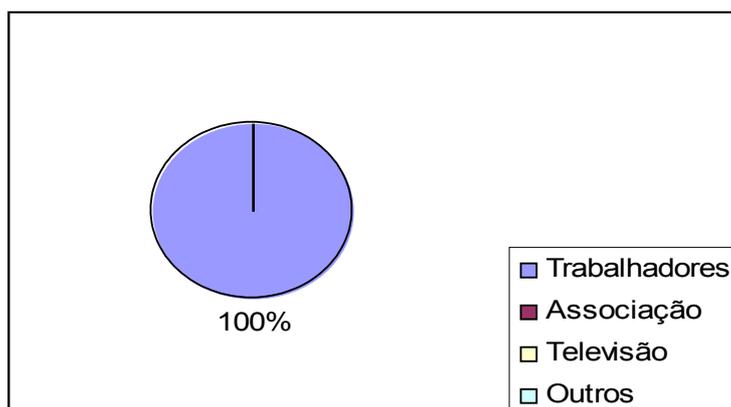
A maioria dos trabalhadores rurais do assentamento Pacavira (70%) antes de aderir ao movimento vivia em Chã Preta. Enquanto que apenas 30% eram de Lagoa do Ouro (PE), cidade que faz divisa com Quebrangulo e Chã preta.



**Figura 6:** Cidade que os assentados viviam antes de aderir o MST  
Fonte: Silva, 2006

Essa porcentagem de 70% para a primeira cidade mencionada se deve ao fato de ter sido o local onde surgiu o movimento que resultou na desapropriação dessa terra, onde os trabalhadores começaram a se organizar e se unirem pelo acesso a terra. Os outros 30% restantes corresponde aos antigos posseiros da terra que diferente dos integrantes do MST, lutavam de forma individual, ou seja, aos poucos uma outra família ia se instalando na terra, temerosos que os proprietários viessem expulsá-los da mesma.

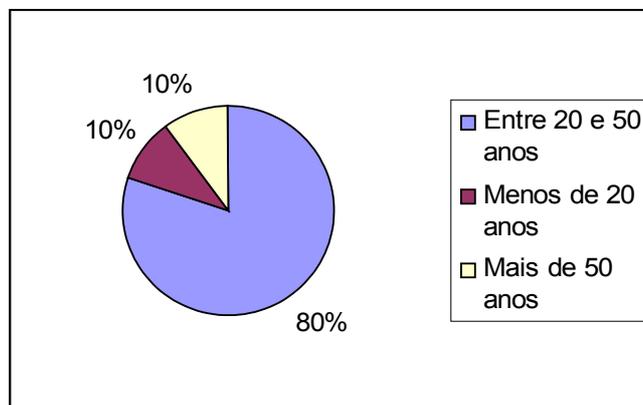
Quando se pergunta através de quem os assentados souberam da existência do MST, a resposta foi unânime, ou seja, todos os entrevistados responderam que só passaram a saberem da existência por outros trabalhadores.



**Figura 7:** Por quem souberam da existência do MST  
Fonte: Silva

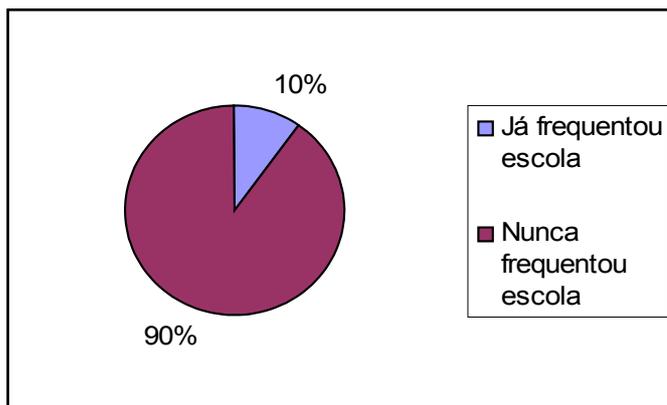
Justificando sua resposta todos questionados afirmam que nunca tinham ouvido fala do movimento antes, “eu nem sabia o que era MST” – diz um assentado. Concluiu-se então que à medida que os trabalhadores foram convidando os seus conhecidos e familiares que se encontravam na mesma situação para aderir ao movimento de luta pela terra, o qual foi se expandindo a cada dia.

Com relação à faixa etária dos assentados, percebe-se que 80% dos questionados possuem entre 20 e 50 anos, enquanto que os outros 20% é dividido entre os que têm menos de 20 anos e os que já estão acima dos 50 anos.



**Figura 8:** Faixa etária dos assentados  
Fonte: Silva, 2006

Diante dessas respostas, torna-se evidente que as pessoas mais propensas a serem engajadas nesse movimento são as pessoas mais jovens e que estão numa faixa etária economicamente ativa, ou seja, aquelas que em busca de melhores condições de vida para sua família suportam viver em acampamentos assim como enfrentar constantes conflitos durante as ocupações de terras. É justamente diante dessa questão que surgem uma das maiores polêmicas quanto aos integrantes do MST. A mídia está a todo o momento passando para a sociedade que os membros do movimento são pessoas jovens, que ao invés de irem procurar trabalho estão tentando tomar as propriedades privadas. Mas diante da realidade do assentamento Pacavira, percebe-se que dos questionados, apenas 10% já frequentou a escola, no entanto não chegaram nem se que a concluir as séries iniciais (1ª e 4ª séries).



**Figura 9:** Escolaridade dos assentados  
Fonte: Silva, 2006

Os outros 90% nunca frequentou uma escola. Então se pergunta. Será que essas pessoas não trabalham por que não querem ou por que foram expulsas do campo, onde sabiam exercer suas atividades? Será que ao serem expulsas do campo elas atendem os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho? Quando essas pessoas ocupam terras, elas não estão invadindo propriedades privadas, elas estão ocupando terras improdutivas, estão lutando por igualdade, por melhores condições de vida, estão lutando para retornar a terra, estão lutando principalmente para sair das margens da sociedade a qual estão inseridas.

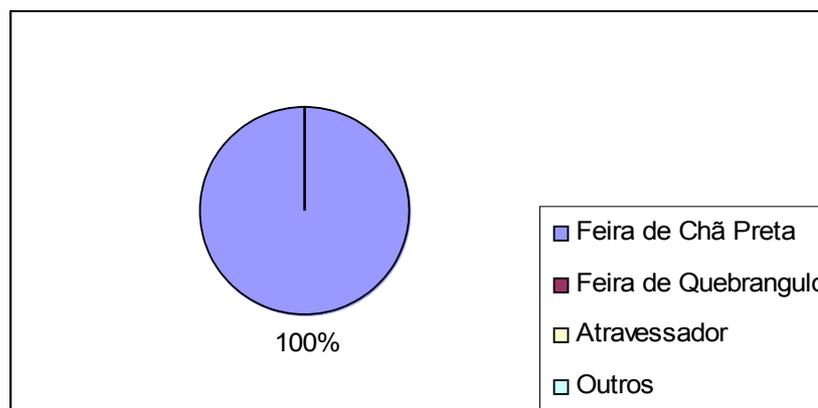
Quanto à produção e comercialização dos produtos cultivados no assentamento, a mandioca é o principal produto desenvolvido. Devido o produto ser mais resistente ao clima ameno da região que, de abril a setembro, geralmente a neblina queima as folhas das plantas. Percebeu-se durante a pesquisa de campo que apesar da mandioca ser o principal produto cultivado os assentados também cultivam outras culturas: como milho, inhame, feijão. Observou-se também outros produtos, como abacaxi e banana. Porém em pequena quantidade, pois segundo os assentados o cultivo desses produtos é somente para o consumo.

Quanto ao destino final dos produtos produzidos no assentamento, todos os assentados responderam que plantam para consumir e vender. Subtende-se que os mesmos necessitam destinar alguns produtos à venda, pois, caso o contrário não teriam recursos para adquirir objetos tais como roupa, utensílios domésticos, móveis, entre outras coisas que o ser humano necessita.

De acordo com Martins (1994, p. 68):

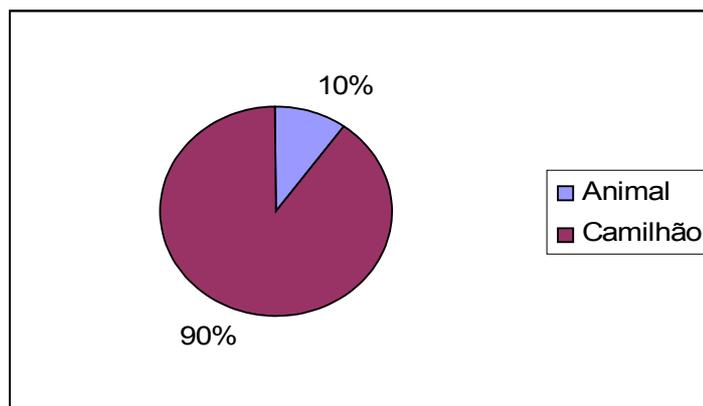
[...] os assentados se vêem forçados a vender seus produtos para atender a necessidades de vestuário, transporte, remédios, etc. ainda que na entressafra tenham que adquirir mais claro, estes produtos para poderem alimentar-se [...].

O principal produto a ser comercializado é a mandioca. A comercialização desta, assim como de outros produtos do assentamento que são vendidos na feira de Chã Pret



**Figura 10:** Onde os produtos são comercializados  
Fonte: Silva

Isso devido ser o centro urbano mais próximo do assentamento e também por o prefeito desta cidade disponibilizar um caminhão nos dias de feira para transportar os assentados, assim como os produtos que serão comercializados. Por isso, percebe-se que apenas 10% transportam os produtos usando animais.



**Figura 11:** Como os produtos são transportados  
Fonte: Silva

Nota-se que o município de Chã Preta tem prestado mais assistência ao assentamento Pacavira do que mesmo Quebrangulo, constata-se que isso se deva ao fato de que as famílias que lutaram para a sua implantação serem de Chã Preta e, ainda serem eleitores do município, o que faz com que, apesar do assentamento estar em território quebrangulense, a última cidade acima mencionada queira integrar o assentamento ao seu território, não perdendo assim os seus eleitores..

## **A IMPORTÂNCIA DO MST NO ASSENTAMENTO PACAVIRA: POTENCIALIDADES E DIFICULDADES.**

O assentamento Cabeceira de Pacavira reflete a importância da atuação do MST na luta pelo acesso a terra. Foi através da organização e união dos integrantes do movimento que a terra foi desapropriada, proporcionando as cinquenta famílias beneficiadas, o acesso a terra para produzir e desenvolver sua subsistência. A terra, antes improdutivo e abandonada, passou a exercer a sua função social.

A atuação do movimento é relevante justamente no momento em que está fazendo com que terras improdutivo passem a colaborar para o desenvolvimento econômico e social das famílias. Segundo os assentados o MST está contribuindo para

que as desapropriação de terras aconteçam, através das pressões exercida pelo movimento fazendo com que o governo agilize ou aumente as políticas de reforma agrária.

Já o secretário de agricultura do município de Quebrangulo, acha que independente do movimento ou não, o Brasil tem um plano de reforma agrária que vem sendo cumprido. O mesmo afirma que:

[...] o Brasil tem um plano de reforma agrária que vem sendo cumprido, ano a ano. E que não é o trabalho do MST que vai agilizar ou não. Eu acho que em alguns pontos ele até atrapalha, por que existe uma lei que diz que terra invadida não pode ser desapropriada pro alguns anos, eu não sei bem quantos anos.

Diferente do que o entrevistado afirmou, o Brasil não possui um plano de reforma agrária, pois caso contrário todas grandes propriedades estariam destinadas à mesma. No entanto, ainda respondendo a mesma pergunta o entrevistado acaba inconscientemente concordando que o MST têm sim contribuído para a realização de políticas de Reforma agrária, ao dizer que:

A influência do MST é a questão da pressão só. Eu acho que eles trabalham em cima de pressão, de pressionar o governo para que o governo tome uma posição. Eu acho que é um movimento que visa mais esse lado.

Quando o secretário diz que o movimento trabalha somente em cima da pressão, ele está se referindo justamente a característica mais importante do movimento, pois na ausência desta, nenhum governo interviria por essas famílias, muito menos enxergaria as condições em que vivem.

O entrevistado continua dizendo que:

Agora o que acontece normalmente é o seguinte: vem o recurso, eles têm recurso para as desapropriações, mais onde tem mais problemas, onde é mais pressionado, onde tem mais cobranças é que é prioridade [...] Quando eles vão fechar avenidas, pressionam ai chamam atenção do pessoal [...] ai talvez consiga agilizar um pouco em algum ponto.

O entrevistado apesar de inicialmente dizer que o MST não influencia na atuação do governo, termina por deixar claro em sua fala, a influência do movimento para as desapropriações de terras.

Para os assentados o objetivo da luta é conquistar a terra, porque essa conquista se reflete em moradia, segurança quanto a conflitos e principalmente alimentação. João Carlos assentado de Pacavira afirma que:

A gente era chamado de tudo, ladrão, bando de preguiçoso, vagabundo. Agente num é preguiçoso não, o que a gente quer é terra pra trabalhar. Essa terra aqui pra gente é tudo, agente chegou aqui foi logo plantando, limpando [...]

Percebe-se então, a ânsia que os trabalhadores tende a tornar a terra produtiva, logo no primeiro contato que têm com a mesma. De acordo com Martins (1994, p. 61):

No momento em que a propriedade é desapropriada, os trabalhadores expandem os plantios rapidamente, demonstrando assim o quanto sua força de trabalho estava contida [...]

Após a desapropriação as dificuldades enfrentadas pelos assentados são grandes, principalmente ao que diz respeito a crédito agrícola e assistência técnica. Segundo os entrevistados, os assentados ainda não tiveram acesso a todas as parcelas do único crédito agrícola que lhes foi concedido. Até o momento só saiu uma verba no valor de R\$ 1.400,00 por família, financiado pelo Banco do Brasil de Quebrangulo, a qual destinava-se a construção das casas. A segunda foi financiada pelo Banco do Brasil de Viçosa no valor de R\$ 2.500,00 para cada família, destinando a plantação de mandioca e a última concedida pelo mesmo banco, para a criação de vacas.

Com relação à assistência técnica percebe-se que os agricultores estão praticamente desprovidos, pois segundo os assentados, raramente acontece visitas ao assentamento do técnico encarregado pelo INCRA de prestar assistência técnica.

A produção agrícola fica assim sendo desenvolvida de acordo com a vontade de cada assentado, sem que tenha sido feito um prévio estudo sobre as condições que a região disponibiliza para melhor produção de algumas culturas e criação de animais. Assim como falta a disponibilidade de maquinários, insumos agrícolas entre outros.

Com relação à assistência técnica prestada pela secretaria municipal de agricultura de Quebrangulo, apesar do secretário Fernando Jorge afirma que:

A gente conseguiu no verão passado ligar a sede do município ao assentamento. A gente manda sementes para fazer o plantio. Conseguimos mandar no ano passado um calcário para fazer uma correção do solo lá [...] e na mediada do possível agente tem dado o apoio necessário.

Já os entrevistados afirmaram que nunca receberam nenhum tipo de assistência da secretaria da agricultura do município e que, inclusive somente após quatro anos à implantação do assentamento é que foi construída uma estrada interligando o assentamento ao município. Segundo eles, na medida do possível, a secretária do município de Chã Preta é quem tem prestado algum tipo de assistência, a qual é quem tem feito todos os anos a vacinação do gado. A água utilizada é através de poços artesianos. No entanto, segundo os assentados a maior dificuldade enfrentada pelas famílias em seu dia-a-dia diz respeito à assistência médica.

Percebe-se então que o assentamento Pacavira está desassistido de políticas assistenciais que o dê sustentação e melhor proporcione o desenvolvimento das famílias assentadas. Para Lages e Ramos (1999, p. 31):

Os assentamentos rurais (são objetos de projeto específico decorrente da desapropriação de áreas improdutivas pelo INCRA) envolvendo não apenas a distribuição de terras, mas também de crédito rural, de assistência técnica e de implantação de infra-estrutura produtiva e residencial.

Segundo o secretário da agricultura de Quebrangulo, a reforma agrária é muito importante, principalmente num país de extensão territorial como o Brasil, no entanto Fernando Jorge afirma que:

Reforma agrária não é só você pegar dá terra ao produtor. Você tem que dá a terra ao produtor, você tem que apoiar esse produtor, você que levar tecnologia, levar assistência técnica [...] o produtor só com a terra não vai fazer nada, ele vai passar fome em cima da terra sem ter condições de produzir.

Mas, apesar das dificuldades enfrentadas, os assentados garantem que suas vidas melhoraram muito. E ao se perguntar o que é reforma agrária, Francisco, assentado do Pacavira diz que:

Reforma agrária? Reforma agrária pra mim hoje é o que faz parte da minha vida, porque é uma coisa que comecei do nada. E hoje posso dizer que tenho uma casa, tenho sossego, tenho crédito melhor pra andar, trabalhar, pra muita coisa. Melhorou muito minha vida.

O quê o governo afirma ser reforma agrária, são na verdade políticas paliativas que buscam desarticular os movimentos que lutam de fato pela reforma agrária, ou seja, até o momento ainda não foi realizado a reforma agrária no Brasil.

A reforma agrária só acontecerá quando houver toda uma transformação na estrutura fundiária do país. Como o próprio nome indica reformar é reorganizar, reformular todo o espaço agrário, e, além disso, dá sustentação, estabelecer bases para que as famílias assentadas se desenvolvam sócio e economicamente.

Mas infelizmente isso está difícil de acontecer porque os governantes estão do lado das classes que comandam a economia e o destino do país, conforme os interesses do sistema capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após todas as discussões aqui apresentadas, percebe-se que a temática da Reforma Agrária e atuação do MST é ampla e ao mesmo tempo polêmica, porque traz como cerne da discussão justamente a classe mais fraca da sociedade lutando contra a histórica concentração fundiária do país.

Mas, felizmente a intensificação dos movimentos sociais, na luta pela terra nos últimos anos, está mostrando a toda a sociedade que não é mais possível conviver com essa atual estrutura fundiária concentrada, enquanto tem milhares de famílias excluídas da terra. A atuação principalmente do MST, tem mostrado que a desestruturação desse processo é possível e só ocorre quando os trabalhadores se mobilizam ocupando terras. A partir de então é que os excluídos da terra vão ser percebidos pela sociedade e pelo governo.

A luta dos trabalhadores pela terra, na maioria das vezes resultou na perda da própria vida, mas milhares de família foram assentados ao longo do tempo. A conquista é pequena, se comparada com a imensidão territorial do país e dos latifúndios. Porém, mostra que é possível, se não fazer com que o governo faça uma reforma agrária de fato, ao menos aumente as políticas de assentamento.

O que ficou bem claro, é que a atuação do MST foi importante sim, na medida em que colaborou para que: a terra, antes improdutiva, fosse desapropriada; as 50 famílias assentadas, pelo menos tivessem a oportunidade de tentar garantir a sua subsistência; os trabalhadores rurais do assentamento não fossem mais submetidos ao trabalho subjugado; Percebeu que o assentamento não atendeu os requisitos da reforma agrária, o assentamento constitui um aglomerados de minifúndios, em que cada família possui pouco mais de 5 hectares de terra para garantir sua sobrevivência, e que ainda assim está praticamente desassistida de assistência técnica. O assentamento tem suas parcelas abaixo do módulo rural do município, que é de 40 hectares, por isso o INCRA permitiu foi à constituição de mais uma 'favela rural'. Lembrando também que ainda existe a questão políticas dos municípios de Quebrangulo e Chã Preta visando a classe eleitoral.

Mas a luta do MST, pela conquista da terra é importante, que se constitui num processo contínuo que tem que se fortalecer para que um dia se chegue realmente a reforma agrária. Concluí-se então, que todos têm que perceber que a luta pela terra representa um passo importante para a garantia de direitos fundamentais aos cidadãos. É impossível afirma que exista democracia em um país onde a exclusão de

milhões de trabalhadores do campo e as condições de desigualdades sociais se perpetuem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**. Identificação dos projetos de reforma agrária. Brasília, 2004

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra: aprender e ensinar**: estudo sobre as práticas educacionais do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000

LAGES, Vínicius Nobre; RAMOS, Vanda Ávila. **Além da conquista da terra**: a sustentabilidade dos assentamentos em Alagoas. Maceió: Prodema UFAL, 1999.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: BNB, 19994

RIOS, Odilon. **Facções de sem-terra brigam entre si em AL**. Disponível em <<http://www.gazetaweb.globo.com/gazeta/Frame.php?f=Materia.php&c=63526&e=965>> acesso em 26/nov/2006.

ROCHA, José Maria Tenório. **Quebrangulo, Quebrangulo, Sempre Serás**. Maceió: UFAL, 1996.